



URGENTE DEMISSÃO DO GOVERNO

Importantes lutas em curso e outras grandes jornadas em perspectiva: o repúdio popular contra esta política e este Governo é uma realidade, reflectida cada vez com mais força no incremento da luta de massas

Pág. 7



Assembleias do Partido

- Aproxima-se a da Organização Local do Porto (4 de Novembro)
- Realizou-se com êxito a de Barcelos
- Outras organizações preparam com entusiasmo as suas assembleias (caso da Concelhia de Vila Real de Trás-os-Montes, marcada para 3 de Novembro)

Noticiário sobre a actividade das organizações de Norte a Sul do País

- Marcado um encontro regional de quadros da Beira Interior

Campanha do Vitória

Ultrapassados os 17 mil contos!

- O trabalho, a dedicação e os exemplos impressionantes de generosidade

Organizações do PCP alertam para a grave situação social nos concelhos e regiões do País (Santarém, Almada, Braga, Matosinhos e Trás-os-Montes — exemplos em destaque nesta edição)

Juventude

- Reuniu a Comissão Central da JCP
- Arrancou a 2.ª fase da actividade preparatória do Congresso (marcado para 15 e 16 de Dezembro)

Págs. centrais

Karel Hoffmann
recebido por A. Cunhal

Pág. 2

O Governo entre o buraco e a parede

Debate de Orçamento suplementar revela, além do mais, a ignorância e ineficácia deste Governo, no sector económico tal como aliás no resto



Pág. 3

A SEGURANÇA DO GOVERNO CONTRA OS TRABALHADORES E O PAÍS

Págs. 2/3



O «negativismo»
do PCP
e a realidade
dos factos

Págs. 4/5



Ainda as cheias de Novembro

DEMITIR O GOVERNO
É ACTO
DE PROTECÇÃO CIVIL

Págs. 8/9

EUA
Que eleições?

Pág. 11/12

Suplemento

SEMANA

17

Quarta-feira



Um buraco de 45 milhões de contos

No debate sobre a proposta de Lei do Orçamento Suplementar para 1984 «aparece» um buraco de mais de 45 milhões de contos no défice orçamental. ■ Vinte e duas operárias da EMACET foram presas à porta de Soares na altura em que solicitavam uma audiência ao Primeiro-Ministro. ■ As Coordenadoras de Comissões de Trabalhadores de Regiões e Sectores, reunidas em plenário, deliberaram que o objectivo central das CT's é a luta pela demissão do Governo. ■ Konstantin Tchernenko, na sua primeira entrevista como chefe de Estado a um jornal norte-americano, põe condições para um eventual acordo sobre a limitação de armas nucleares entre a URSS e os EUA. ■ O Senado espanhol proibiu, com a abstenção da oposição conservadora, o armazenamento, trânsito e instalação de armas nucleares em território da Espanha.

18

Quinta-feira



Proseguem os combates em El Salvador

O PCP denuncia a intenção do Governo de instaurar projectos e medidas que institucionalizem a burla eleitoral «e assim se manter no poder contra a vontade popular». ■ Enquanto em Lisboa milhares de trabalhadores da Lisnave se concentraram no Rossio e desfilaram até São Bento para serem recebidos por Soares, em Setúbal, centenas de homens-sanduíche protestaram, numa fila que se prolongava por mais de 600 metros, contra a política governamental e a situação vivida nas suas empresas. ■ Contrastando com a vontade política evidenciada pelo governo soviético, a administração Reagan rejeita qualquer hipótese de acordo sobre armas nucleares. ■ Os deputados «Verdes» da RFA acusaram o consórcio Flick de ter comprado a presidência do partido no governo (UCD) para que houvesse uma remodelação interna e assim o actual chanceler pudesse ser posto à frente do partido. ■ A FMLN divulgou as 29 exigências feitas a Napoleão Duarte durante o encontro que mantiveram na passada semana. A FMLN, ao afirmar que a campanha de corte de estradas se prolongará até novas ordens, sublinha que «o poder das nossas armas apoiará as nossas reivindicações».

19

Sexta-feira

A EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre) confirma, no seu relatório de Setembro, aquilo que todos os portugueses conhecem e que o Governo pretende não ver: que a taxa de desemprego em Portugal, em Abril deste ano, era de 10,5%, que é o valor mais elevado do total dos seis países desta organização. ■ Reunidos numa das suas maiores assembleias gerais desde sempre, os trabalhadores da Lisnave afirmam que vão encetar uma luta «renovada e inovadora» para pôr cobro à intenção do Governo de destruir a empresa. ■ A Comissão Política do Comité Central do PCP reafirmou que «não se pode esperar nada de positivo do Governo PS/PSD em benefício do País e do regime democrático». «Foi a sua actuação prática — acrescenta — que colocou na ordem do dia a reclamação da sua demissão». ■ A República Popular de Angola insurgiu-se contra as declarações de Mário Soares a propósito de uma pretensa fuga deste País para o «sectarismo ideológico». A RPA considera estas declarações como sendo uma «grosseira ingerência» nos seus assuntos internos. ■ A URSS propôs na ONU, aos Estados Unidos, negociações sobre um tratado que proíba a utilização do espaço para fins militares.

20

Sábado

O Grande Prémio de Portugal de «Fórmula 1» já é notícia devido à carga da GNR, que agrediu a população de Penha Longa e efectuou algumas prisões numa propriedade privada, pretendia fechar o clube «Os Unidos», tendo deparado com a resistência pacífica dos seus membros. ■ Centenas de trabalhadores concentraram-se em Alverca como forma de protesto por a dívida patronal aos trabalhadores já ter ultrapassado os 50 mil contos no concelho de Vila Franca. ■ A Juventude do PSD reconheceu, no final do seu 6.º congresso, que «a revolta grassa entre a juventude desiludida». ■ O candidato «democrata» às eleições presidenciais norte-americanas, Mondale, pediu a demissão do chefe da CIA. Esta atitude foi tomada como consequência da publicação do manual de terrorismo a ser utilizado pelos bandos contra-revolucionários que actuam na Nicarágua.

21

Domingo



Fórmula 1 no Estoril

A Comissão Central da JCP concluiu que a demissão do Governo é, não só «uma necessidade mas, sobretudo, um imperativo nacional». ■ Ao desviar verbas do Orçamento de Estado para o da Segurança Social, o Governo está assim a pagar as dívidas do patronato à Previdência, acusa a CGTP-IN. ■ No final do Grande Prémio de Fórmula 1, Alain Prost foi o vencedor, mas quem ficou com o título mundial foi, pela terceira vez, o austríaco Niki Lauda. ■ Nos arredores de Paris falecia o cineasta francês François Truffaut, vitimado por um cancro. ■ Em São Salvador, a FMLN reivindicava o derrube de um avião da CIA com quatro agentes a bordo, entre os quais o chefe dos «conselheiros» norte-americanos no país.

22

Segunda-feira

A APU apresenta queixa-crime contra a Câmara Municipal de Ponta Delgada e contra o Secretariado Técnico para os Assuntos do Processo Eleitoral por presumível viciação dos dados do recenseamento que, a manter-se, impedirá a coligação de eleger um mandato por aquele círculo. ■ Continuando a sua campanha de provocação contra Angola, o Governo promoveu a consultor jurídico de 1.ª classe um dos membros mais activos da contra-revolução angolana em Lisboa, apresentado como «ministro da cultura» da UNITA. ■ Recrudescem os combates em El Salvador a norte e a leste do país. ■ Os estudantes paquistaneses protestam nas ruas contra a repressão policial. ■ Na RFA, o escândalo das «luvas» dadas pelo consórcio Flick poderá envolver toda a coligação governamental depois da descoberta do diário do tesoureiro do monopólio.

23

Terça-feira

A Comissão Nacional de Eleições reconhece irregularidades em S. Miguel e solicita à Assembleia de Apuramento Geral dos Açores a rectificação do número de eleitores daquele círculo eleitoral. A confirmar-se a diferença de votos, fica praticamente garantida a eleição do primeiro deputado da APU à Assembleia Regional dos Açores. ■ A Câmara de Braga, de maioria PS, pretende homenagear um ex-dirigente fascista na qual cidade, e não permite que ninguém se oponha, acto que mereceu o repúdio generalizado das forças democráticas, designadamente do PCP que o qualifica de «prepotente», configurando um comportamento «ilegal e institucional». ■ UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária denunciam a existência de corrupção e de graves irregularidades nos serviços do Ministério da Agricultura. ■ Dirigente da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador denuncia em Paris o crescente envolvimento dos Estados Unidos na luta contra a guerrilha. ■ Forças repressivas sul-africanas invadem bairros negros de Joanesburgo, numa gigantesca operação policial desencadeada para tentar abafar os protestos populares.

Editorial

CONDIÇÕES MADURAS PARA A INICIATIVA POLÍTICA

A situação nacional actual e o seu desenvolvimento previsível no período que vai seguir-se exige do movimento popular e democrático e de uma forma geral de todos os portugueses patriotas uma visão correcta e dinâmica dos problemas que defrontamos e das soluções que comportam.

Exige, sobretudo, uma iniciativa política e decisões no tempo exacto.

Os acontecimentos dos últimos dias, os novos dados relativos à situação financeira do País e à situação social vivida a público, os novos e perigosos desenvolvimentos da nossa política externa, reforçaram sobremaneira as conclusões do PCP expressas na Declaração Política do CC de 15 de Setembro e a convicção de que a única forma de travar a sua política de desastre, é exigir a urgente demissão do Governo Soares/Mota Pinto, é apressar a sua queda. Para isso, concluiu o CC, as condições tornaram-se excepcionalmente favoráveis e maduras.

O «buraco» orçamental posto em evidência pelos deputados do PCP na Assembleia da República e que se revelou superior a pelo menos 73 milhões de contos — o que eleva o défice orçamental inicialmente previsto de 176 milhões para cerca de 250 milhões (!) — veio ilustrar de maneira palmar que a política de bancarrota do Governo Soares/Mota Pinto assumiu aspectos altamente ameaçadores para a economia e as finanças do País.

A discussão parlamentar trouxe a lume aquilo que Álvaro Cunhal no seu discurso de há dias no Seixal classificou justamente de política de «destruição do sistema financeiro».

Esta perspectiva é ainda agravada com o anúncio para o Orçamento do Estado de 1985 de um défice de 310 milhões de contos!

O «buraco» orçamental trazido à Assembleia da República reflecte uma gestão financeira irresponsável e pressupõe despesas infundamentadas, além de uma queda sensível no valor das vendas e transacções e por reflexo nos lucros da banca; traduz uma inadmissível descordância entre a política financeira do Governo e a acção e a situação do Banco de Portugal.

Certamente, os gastos perdulários com as viagens dos ministros têm a sua parte no «buraco».

Deve-se reter que a ruínosa política financeira do Governo Soares/Mota Pinto se desenvolve no quadro e no momento em que a ofensiva contra a banca nacionalizada e a abertura da actividade bancária ao capital privado, principalmente de origem norte-americana, sobem de nível e em que a dívida externa portuguesa atinge números impressionantes.

Só os números referidos a Maio revelam uma dívida externa de 15 066 milhões de dólares, isto é, um aumento de 650 milhões nos primeiros 5 meses do ano, fortemente agravada com a subida especulativa do dólar. Chegámos ao cúmulo de ter de contrair novos empréstimos para pagar os juros e amortizações, ao serviço da dívida, de outros empréstimos!

E a menos de um mês da declaração solene do ministro das Finanças e de uma tirada bombástica do Primeiro-Ministro de que este ano não haveria mais empréstimos, aí está um novo empréstimo de 85 milhões de contos contraído no último fim-de-semana.

Criminosamente, é sobre as classes trabalhadoras e as classes e camadas não monopolistas que o Governo PS/PSD faz cair o peso principal da sua ruínosa política financeira.

Karel Hoffmann recebido por A. Cunhal

No Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes realizou-se anteontem um encontro entre os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e Karel Hoffmann, que chefiava uma delegação de sindicalistas checoslovacos que se encontram no nosso país, a efectuar uma visita a convite da CGTP-IN.

Karel Hoffmann, além de presidente do Conselho Geral dos Sindicatos Checoslovacos e vice-presidente da Federação Sindical Mundial, é membro do Bureau Político do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia, membro do presidium da Assembleia Federal da República Socialista da Checoslováquia, deputado da Câmara do Povo da Assembleia Federal e membro do



presidium do Comité Central da Frente Nacional da República Socialista da Checoslováquia.

Uma festa em Coimbra

Dia 10 de Novembro vai ser dia de festa em Coimbra, não só para os que vivem nesta cidade, mas também para todos quantos ou lá nasceram, lá viveram ou por lá passaram.

Será tempo de «Carta de Coimbra»...

Vai ser uma festa a sério. Por lá teremos o teatro, o folclore, a música popular, o fado de Coimbra, o jazz e a poesia. Também presentes o Lousã Henriques e o João Curto que nos falarão da música e das coisas de Coimbra. Ainda durante o convívio, haverá espaço para recordar o Adriano e o Ary.

O ponto de encontro é no CRP do Bairro Norton de Matos. Lá, «iremos recordar coisas velhas, vamos falar das coisas de hoje, vamos ganhar mais força para a nossa luta, para o nosso futuro».

Vai ser uma festa diferente porque, como já dissemos, todos os que são de Coimbra ou que por lá passaram estão convidados. E na impossibilidade de se mandarem cartões para toda a gente a dizer que «a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP convida fulano tal a participar na nossa festa», o melhor que se tem a fazer é contactar o Centro de Trabalho (na Rua de Sofia, n.º 73, 1.º; telefones 26186 ou 29852) a dizer que sim senhor, que também lá estaremos para dar mais força à festa.

É que vale mesmo a pena. Vai haver teatro com o Ateneu de Coimbra e o Grémio Operário; música popular com a Brigada Victor Jara, o Vieira da Silva e o Grupo de Música Popular do Ateneu e jazz com o Mota e o Canelhas.

Também lá teremos o folclore, a música, as danças e a arte pelo Grupo de Etnografia e Folclore da Academia de Coimbra e o fado de Coimbra com Gomes Alves e outros amigos que agora estão em Braga, com o Lopes de Almeida e outros que vêm de Lisboa e ainda com muitos outros que virão um pouco de todo o lado. Além de todos estes atractivos, a Comissão Concelhia de Coimbra promete mais surpresas... para já, sabe-se que o José Manuel Mendes e o Luís Andrade Pignatelli far-não-ão companhia com a sua poesia.

Como se vê, é uma boa mão cheia de óptimas razões para se ir até à prestigiosa colectividade do Bairro Norton de Matos no próximo dia 10 de Novembro à festa-convívio «Carta de Coimbra».

O sector da Segurança Social é um dos mais afectados pelo «buraco» orçamental de 1984. Ao défice de 14 milhões de contos inicialmente previsto no Orçamento ordinário acresce agora um «buraco» de mais de 16,5 milhões, o que eleva para já o défice a 30,5 milhões de contos.

São os trabalhadores por conta de outrem que mais pagam para a segurança social relativamente a outras profissões independentes, em média 52 contos contra 15 dos independentes.

Mas as dívidas das empresas à Previdência que eram em Dezembro de 1983 de 50 milhões de contos, essas subiram em Setembro de 1984 a mais de 70 milhões.

No pedido de «orçamento suplementar» são incluídos 2 milhões de contos para actualização de reformas e pensões — o que é de maneira gritante uma irrisória verba para velhos trabalhadores de que mais de 90% ganham pensões inferiores a 7 contos.

O Governo anunciou em Junho uma actualização de 20% no abono de família, o que ainda não pôs em prática e lhe permite arrecadar desde essa data 1,2 milhões de contos.

O Ministro do Trabalho veio à AR manusear números sobre o desemprego que não têm nenhuma relação com a realidade fazendo acrobacias, nada dizendo do facto de apenas 65 862 dos cerca de 600 000 desempregados receberem subsídios, o que significa que das receitas de 50 milhões de contos previsíveis em Dezembro deste ano somente 9 milhões de contos serão pagos aos desempregados.

Sobre os trabalhadores projecta o Governo fazer tornar o maior peso da carga fiscal no Orçamento para 1985. Os aumentos dos impostos profissional e complementar atingem de maneira iníqua os mais baixos rendimentos.

Também o imposto do selo aumentará de 50%, o do tabaco subirá de 7 milhões de contos, o imposto sobre contratos subirá de 100%.

Ao grande patronato o Governo Soares/Mota Pinto fecha os olhos à fraude, nenhuma medida toma para terminar com o cancro escandaloso dos salários em atraso.

Sabe-se que muitos grandes empresários utilizam os dinheiros dos salários não pagos, das prestações sociais e até das quotizações sindicais em negócios rendosos.

As fraudes e evasões fiscais atingem mais de 100 milhões de contos, as falências a que são arrastados muitos empresários de modestos recursos são praticadas de maneira fraudulenta por sectores do alto patronato que falsificam escritas, abrem falências duas ou três vezes, obtêm depois e mesmo assim com facilidade novos créditos na banca que gastam à larga nas estâncias de turismo e no esbanjamento fácil.

A política de desastre económico e financeiro, à sua política de fome e miséria no plano social, o Governo Soares/Mota Pinto acrescenta e provoca igualmente profundos «buracos» na nossa política externa, amarra cada vez mais Portugal ao carro de guerra e de crise do imperialismo, cria focos de hostilidade para o País no plano externo, incompatibilizando-nos — com o descarado apoio em Portugal aos agentes dos movimentos subversivos de Angola e Moçambique — com povos amigos aos quais nos ligam laços de amizade e com os quais nos interessa sobremaneira intensificar e desenvolver formas de cooperação económica, cultural e política.

Os traidores moçambicanos da «Renamo» têm quartel e «embaixada» em Lisboa, um fantoche «ministro da cultura» que gastam à larga nas estâncias de turismo e no esbanjamento fácil.

O Governo de Mário Soares desenvolve uma política de

Delegação de estudo checoslovaca

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português visitou Portugal de 15 a 22 de Outubro uma delegação de estudo do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia acerca das experiências do PCP no domínio da Reforma Agrária.

A delegação era composta por Rudolf Vančo, chefe do Departamento Agrícola do PC da Eslováquia, František Roubal, membro do Comité Central do PC da Checoslováquia, presidente da Cooperativa Agrícola única Chyška, Aleš Novotný, secretário agrícola do Comité Regional da Boémia de Leste, Karel Lukáš, funcionário da Secção Internacional do CC do PC da Checoslováquia e Jana Maixnerová, intérprete.

A delegação foi recebida pelo secretário-geral do PCP,

camarada Álvaro Cunhal e encontrou-se com uma delegação do PCP composta por Margarida Tengarrinha, membro do Comité Central, Rogério Arraioles, membro suplente do Comité Central e membro da Direcção da Organização Regional do Alentejo e Salomé Branco, membro da Secção Internacional.

Durante a sua estadia a delegação teve ainda encontros com António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central e com delegações da Direcção da Organização Regional do Alentejo, da Comissão Distrital de Beja e das Comissões Concelhias de Montemor-o-Novo e de Avis.

Visitou ainda as UCP/Cooperativas «1.º de Maio» de Avis, «Esquerda Vencerá», de Pias e a oficina de máquinas «Ver-

ingerências inadmissíveis nas questões internas de países amigos da África Austral.

Ao mesmo tempo, e no quadro da sua demagogia eleitoralista para um período imediato de eleições autárquicas, presidenciais e muito provavelmente legislativas, o Governo de Soares submete cada vez mais a nossa independência aos monopólios e ao imperialismo.

O decantado «constat d'accord» de adesão à CEE, um «documento» perfeitamente inócuo destinado a objectivos eleitoralistas e de «prestígio», desesperadamente mendigado, arrancado aos «patrões» do Mercado Comum por Mário Soares e Ernâni Lopes, é uma peça da operação política contra o 25 de Abril que está nos projectos e na prática do Governo Soares/Mota Pinto.

É de toda esta política de descalabro económico, financeiro, social, cultural e diplomático que sai com força a necessidade e urgência da demissão do Governo PS/PSD, de uma resoluta viragem na política nacional, da viabilização de uma alternativa democrática.

A necessidade da demissão urgente do Governo está mais que justificada e não pode ser eludida.

É na firme e fundamentada convicção de que a exigência da demissão do Governo é, nas condições actuais, o único comportamento coerente das forças democráticas, que a Comissão Política do PCP objectuou aos propósitos de diálogo com o Governo manifestados, no seu discurso na AR, pelo presidente do MDP/CDE, partido aliado do PCP na APU.

Não admira que Mário Soares, afundado no descrédito pela sua política de desastre, que responde aos pedidos de diálogo dos trabalhadores com as prisões e a repressão policial, tenha agarrado com ambas as mãos esta bôia do «diálogo».

O PCP está naturalmente interessado em reforçar esta aliança, em a tornar um factor positivo e activo de uma alternativa democrática.

Por certo que entre aliados são naturais as diferenças sobre questões secundárias de várias ordens que não colidem ou não devem colidir com as razões fundamentais que estão na base da sua aliança.

Diferenças naturais não devem porém assumir o carácter de «naturais divergências». O reforço da unidade das forças democráticas é indispensável nas condições actuais.

O PCP trabalhará activamente para concretizar o que considera a segunda direcção fundamental da sua actividade, ou seja: «a unidade e acção comum ou convergente dos trabalhadores, das classes e camadas sociais não monopolistas, de todos os democratas e patriotas», como se expressa na Declaração Política de 15 de Setembro.

É, contudo, na intensificação e dinamização da luta de massas que se irá forjando em todas as frentes em grandes e pequenas acções fazendo-as confluir para o objectivo político fundamental da urgente demissão do Governo PS/PSD, que se vai aproximando, amadurecendo e viabilizando uma alternativa democrática.

Esse caminho está sendo vigorosamente seguido pelos trabalhadores como o provam as grandes acções, greves, distúrbios e outras formas de luta dos operários do distrito de Setúbal, das empresas metalúrgicas de Lisboa, dos vidreiros da Marinha Grande, da MDF, dos têxteis e metalúrgicos do Norte e das Beiras, dos trabalhadores das UCP's do Alentejo e do Ribatejo, dos jovens, das mulheres, dos reformados.

As condições estão maduras para as grandes iniciativas políticas.

Distrito da Guarda
Confiança no reforço do Partido!

A Comissão Distrital da Guarda do PCP reuniu-se recentemente para analisar a situação política e social da região e para tomar medidas para o reforço da organização do Partido no distrito.

Neste sentido, concluiu que «no distrito da Guarda, tal como em todo o País, se agravam cada vez mais as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e de todas as camadas laboriosas da população». Proliferam os contratos a prazo, aumentam os despedimentos, os direitos dos trabalhadores não são assegurados, continua a verificar-se a falência e encerramento de empresas, crescem as dificuldades para os agricultores e reideiros, o custo de vida sobe vertiginosamente e os problemas do ensino e da educação agravam-se sem o Governo ser capaz de os resolver.

Assim, a Comissão Distrital da Guarda do PCP afirma que «é tempo de acabar com esta política. O Governo PS/PSD já deu sobejas provas de, não só não resolver nenhum dos gran-

des problemas nacionais, como antes os ter agravado». Por isso, no actual momento, é «urgente a tomada de posição e a unidade de todos os democratas e patriotas em acções que conduzam à demissão do Governo Mário Soares/Mota Pinto. Importantes tarefas se aproximam. A par com a tarefa central da luta pela demissão do Governo, são de destacar as próximas batalhas eleitorais e todas as acções tendentes à resolução dos problemas da população do nosso distrito».

Para tal, é necessário o reforço da organização do PCP. Só no distrito da Guarda, de Janeiro a Outubro deste ano aderiram ao Partido 140 novos militantes.

Tendo aprovado a realização da 1.ª Assembleia da Organização do Distrito da Guarda para 1985, a Comissão Distrital reafirma que «a luta dos trabalhadores e do povo vai continuar a intensificar-se. Com confiança e determinação trabalharemos para que o Governo Mário Soares/Mota Pinto seja urgentemente demitido».

de Esperança» e o lugar de Montemor-o-Novo. Foi recebida nas Câmaras Municipais de Évora e de Avis.

Participou num comício de Amizade em Aldeia Nova de

S. Bento.

Esta visita realizou-se no quadro das relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre os dois Partidos.

Conferências sobre a RDA

No quadro das relações de amizade e cooperação existentes entre o nosso Partido e o Partido Socialista Unificado da Alemanha, esteve em Portugal Siegfried Beyer do Departamento de Investigação do Movimento Operário Internacional da Academia de Ciências do Comité Central do PSUA, a fim de realizar um Ciclo de Conferências subordinadas ao tema

«35 Anos RDA — Balanço e Futuro».

Nas Conferências que se realizaram no Barreiro, Lisboa, Porto e Braga, assim como na sede central da JCP, foram expostas e debatidas questões sobre a actualidade e a vida naquele país socialista, sobre a sua história e o papel dirigente do PSUA.

Tempo de Antena do PCP na RTP-1

3.ª-feira,

30 de Outubro

a seguir ao Telejornal das 20 horas



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768325 768722

DISTRIBUIÇÃO: CIL Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779826 779825 769751

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 — 1200 Lisboa Tel. 372236

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baxo, 13 — 7000 Évora Tel. 25361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 693308 699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra. Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa. Tel. 776336 776750

Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067

Composto e impresso na Hesk Portugal — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/84

Tiragem do mês de Setembro: 39 387

Assembleia da República

Debate do Orçamento suplementar põe o Governo entre o buraco e a parede

Quando, na passada semana, o Governo levou à Assembleia da República o orçamento suplementar para este ano, o buraco dos 45 milhões de contos a mais de no défice previsto — défice já agravado em outros 28,1 milhões — não era novidade para ninguém. O que se esperava, pois, era que o Governo justificasse os dois agravamentos de tal défice que atram, na escrita governamental, para mais de 250 milhões de défice acumulado para 1984. Houve quem pensasse que tal buraco — os 45 milhões — era um preço caro de mais para comprar uns patins ao ministro Ernâni Lopes e que o vice-governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, não era visto nem achado na manobra. Havia também quem dissesse, por outro lado, que este orçamento suplementar vinha carregado de «estratégia presidencial» e de «eleissoarismo», meditando quem tal referia que o recente apoio de Vítor Constâncio à candidatura de Mário Soares a Belém e a sua presença numa cimeira entre o PS e o PSD não eram alheios ao facto de o Banco de Portugal ter achado, de repente «inoportuno» vender ouro.

Havia também quem espresmesse o miolo para chegar à conclusão de que vinha tudo a dar no mesmo, e o buraco ia servir como o cajado que mata dois coelhos de uma só vez: afastava-se o incómodo Ernâni, que mostrou maus modos à CEE — uma das bandeiras do «eleissoarismo» —, atirava-se-lhe para cima das longas costas a ineficácia económica financeira, e enfiava-se no carril governamental o convertido Constâncio.

Não são de arredar tais «especulações». Embora as críticas aceradas do PSD à política governamental, vindas a lume em plenário da AR, sob o silêncio embarcado da bancada socialista possam eventualmente ser lidas de outra forma. No entanto, o que o debate veio provar, no essencial, foi a incapacidade governamental para fazer o País sair da crise, foi a demonstração de que este Governo prossegue e aprofunda uma política desastrosa para a economia portuguesa, foi o facto de o Governo se encontrar entre o buraco e a parede.

Rigor e transparência...

Embora significativo, portanto, o facto de Ernâni chegar a admitir que talvez a sua hora de saída tenha chegado, colocando a decisão nas mãos de Mário Soares, o mais significativo foi a sua incapacidade para explicar o buraco, deixamdo entender, por outro lado, que ele lhe foi imposto e não visto, se encontrava «recheada de flagrantíssimas e inadmissíveis incorrecções materiais». «Este trabalho» disse o deputado comunista, «que daria para chumbar redondamente um aluno de finanças, é-nos aqui trazido em nome de ministros com responsabilidades de Governo!»

Banco de Portugal venda ouro para equilibrar o OE.

O certo é que, se outros defeitos não tivesse, nomeadamente o alargamento do défice para mais de 250 milhões de contos — que vão crescer! — o orçamento suplementar peca pela falta de rigor. O tal rigor e transparência de que o Governo e o próprio ministro das Finanças se ufanavam.

Rigor e transparência cuja ausência foi severamente criticada pela intervenção de Octávio Teixeira, do PCP, que a notou não apenas no escândalo que foi o atraso com que estas alterações chegaram à Assembleia para serem discutidas como também na circunstância de tais alterações se basearem em factos consumados («o Governo pede cobertura para despesas que ilegalmente já realizou ou para compromissos que sem autorização legal assumiu de forma mais ou menos irrevogável»).

Falando ainda da falta de rigor e de transparência, Octávio Teixeira salientou que a proposta governamental não se fizera acompanhar pelos mapas legalmente obrigatórios e, além disso, se encontrava «recheada de flagrantes e inadmissíveis incorrecções materiais». «Este trabalho» disse o deputado comunista, «que daria para chumbar redondamente um aluno de finanças, é-nos aqui trazido em nome de ministros com responsabilidades de Governo!»

«Não é um défice, é um grande buraco!»

Não é de espantar que a oposição critique um Orçamento de Estado. Trata-se de um documento que define uma política global e a oposição, por definição, opõe-se a essa política e, portanto, à expressão económica e financeira da mesma.

Mas o que este debate veio revelar é que, para além da oposição frontal dos comunistas, por um lado, e do CDS — do lado oposto —, a maioria não apareceu a defender a proposta do Governo. Nem este mostrou grande empenhamento na sua explicação! Quer dizer, um orçamento suplementar de que ninguém gostou!

Após o morno discurso de abertura, de Ernâni Lopes, choveram as críticas. Carlos Carvalhas, que interveio pelo grupo parlamentar do PCP desmontou a proposta do Governo, interpretando-a e trocando-a por miúdos, concluindo que, com estas alterações, se verificará uma quebra de investimento da ordem dos 14 por cento, que a anunciada taxa de inflação de 24 por cento sobe para 30 por cento, enquanto que o Produto Interno Bruto apresenta uma quebra de dois por cento; que, por fim, se registou um aumento, nos primeiros cinco meses do ano de 650 milhões de dólares na dívida externa.

«Não estamos perante um défice» disse Carlos Carvalhas, «mas perante um grande buraco». E o deputado do PCP concluiu afirmando que «o que está em causa é todo o Governo, é a sua política de ruína, pelo que é imperativo nacional a sua urgente demissão».

Por seu lado, o CDS, através das intervenções de Bagão Félix, também achou que este Governo não presta, que devia haver uma outra política. Mas, amenizando a palavra contudente de Bagão, Azevedo Soares diria em entrevista que não se tratava de exigir novas eleições. Isto é, outra política sim, mas não nova! O retorno a uma fórmula «AD», eventualmente com a parceria de um PS reconvertido, seria talvez o indicado... No entanto, Bagão Félix, cuja bancada aplaudia freneticamente as intervenções do PSD — Salgueiro, Santana Lopes, Ângelo Correia — não deixou de acusar o PSD de pactuar com o PS, numa «promiscuidade ideológica» que o deputado «centrista» achou bastante chocante. De resto, as críticas apontadas ao diploma governamental eram sobretudo dirigidas ao facto de aparecerem mais verbas para as escolas, para segurança social, etc., num bode aos pobres «eleissoarista». Bagão Félix acusou o PSD de pactuar com uma política de Estado-providência, contrária à filosofia «democrata-cristã» e liberal...

Enfim, não se reforçam as verbas unanimemente reconhecidas como insuficientes para os encargos com o transporte escolar e com a acção social escolar, e omitem-se os efectivos aumentos de despesas com juros da dívida externa decorrentes da desastrosa política de desvalorização cambial que o Governo prossegue.

No âmbito das receitas a Proposta de Lei não é melhor. Para a generalidade dos impostos o Governo não propõe qualquer alteração da previsão de cobranças, apesar de em alguns casos a execução orçamental registada no 1.º semestre mostrar inequivocamente desvios acentuados.

É apresentada como justificação o facto de alguns impostos aumentarem e outros diminuírem o que, em termos globais, não traria significativas alterações. É falso. Não é social e politicamente inócuo que os aumentos de cobranças se verifiquem nos impostos que incidem sobre o trabalho e as diminuições se registem nos impostos sobre o capital, agravando drasticamente a injustiça fiscal. Um exemplo por todos. Apesar da diminuição do emprego e dos salários reais ser superior ao inicialmente previsto pelo Governo, a cobrança do imposto profissional está a crescer a 33% contra os 27% inicialmente previstos. Inversamente, apesar da inflação média anual ter saltado dos 24% para os

30%, a receita do imposto de transacções baixa dos 19 para os 17%.

Isto é, por um lado acentua-se a política de obrigar os trabalhadores a receberem cada vez menos e a pagarem cada vez mais; por outro lado aumenta dia a dia a fraude e a evasão fiscais dos tubarões do capital. É bem o espelho de um dos objectivos centrais da política económica e financeira deste Governo.

E o rigor do Governo em matéria de justiça fiscal! Mas, pelo seu grave significado não podemos deixar passar em claro a redução de 45 milhões de con-

tos para os 17%.

Quando apresentou aqui o Orçamento para 1984, o ministro das Finanças apontava, enfaticamente, o grande objectivo da política orçamental do Governo: «a redução do défice orçamental para cerca de 6,1% do PIB». (...)

Denunciámos e demonstrámos o irrealismo de tal orçamento quer no campo das receitas quer no campo das despesas.

Agora é o Governo que confessa a falência da sua política ao apresentar as propostas de alteração ao Orçamento para 1984, acrescentando, desde logo, ao défice inicial mais 28 milhões de contos... Só que passada uma semana o secretário de Estado do Orçamento, confrontado com perguntas do meu Grupo Parlamentar, revelava em Comissão, candidamente, como aliás é seu limbre, que ao agravamento do défice de 28 milhões haveria que acrescentar mais 45 milhões!

Quer dizer, o défice sobe, segundo as palavras do Governo, de 28 milhões de contos ou seja a 8,8% do PIB contra os 8% de 1983. E isto acenando-se as contas do Governo, fazendo-se de conta que se acredita que o Orçamento irá buscar receitas à banca (o Governo está a liquidar o sistema bancário); que não se reparou nos gastos com os juros da dívida externa; e que se desconhece a manipulação contabilística, à Cavaco e Silva, em relação ao Fundo de Riscos Cambiais. Por que se entrássemos com tudo isto, que é real, então o défice ultrapassará de longe os 260 milhões de contos, mais 9% do PIB!

Estamos não perante um défice, mas perante um grande «buraco»! (...)

Mas o Orçamento é, ou devia ser, a tradução financeira da política económica, consubstanciada no Plano que o Governo em pleno mês de Outubro ainda não publicou. E outra vergonha e uma afronta a este órgão de soberania e a todos os Srs. Deputados. E o que é que nos revela esse Plano, que mereceu no CNP, a crítica contundente de todos os «parceiros sociais», sinal do isolamento em que o Governo se encontra?

Revela que a formação bruta de capital fixo (investimento) final vai ter uma quebra de 14% e não de —9,2% como apontava o Governo. E esta situação é ainda mais grave quando o Plano nos mostra que a Formação Bruta de Capital Fixo autorizada para o S. Empresarial do Estado sofre este ano reduções de 45,5% na indústria; de 46,5% nos transportes; de 27,7% no equipamento social! Fica assim desmascarado o «programa de modernização» da economia. Só que, se tal programa fica a nu, o que dramaticamente nos revelam estes números é que o Governo está a comprometer o presente e o futuro de gerações de portugueses... Mas vejamos ainda mais alguns indica-

ções que também se mostrou algo perplexo face ao orçamento suplementar apresentando, o Partido Socialista remeteu-se ao silêncio. Silêncio que gelava quando o PSD, acerbamente crítico, era aplaudido pelo CDS. De tal maneira foi o silêncio que o PS chegou ao fim com muito tempo de seu para dar a outros partidos.

Mas foram as críticas do PSD que aqueceram o debate, do lado de uma maioria tristinha. Com João Salgueiro a abrir as hostilidades e a denun-

ciar o «resvalamento orçamental», a insistir que o Governo faz uma política económica que «pesa em particular sobre as unidades produtivas e menos sobre administração do Estado».

Santana Lopes, saudado por Belroco do CDS no seu regresso ao parlamento, lançou-se descabelladamente sobre o Governo, ameaçando mesmo que «ou a classe dirigente põe o Estado na ordem ou será o país a pôr na ordem a classe dirigente».

Por fim, Ângelo Correia, bateu na mesma nota, acusando o Governo — e foi o Governo e o seu chefe e não apenas o ministro das Finanças o atingido — de não cumprir as promessas feitas (ao PSD?).

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade as alterações propostas num debate que, no dizer de Carlos Carvalhas, «contribuiu para tornar ainda mais claro que é inadivél a demissão do Governo».

Apesar de tudo, quando chegou a hora, a maioria — silenciosa — levantou-se para aprovar na generalidade

Terra

Produtores de vinho analisam dificuldades

● Reunião, domingo, em Torres Vedras

Decorre no próximo domingo, dia 28, no Centro de Trabalho do PCP em Torres Vedras, uma reunião de membros do Partido cuja actividade esteja ligada à produção de vinho.

Convocado pelo Organismo do Trabalho Camponês da ORL do PCP este encontro tem em vista analisar a situação da vitivinicultura, das adegas cooperativas e dos produtores de vinho no distrito e tomar as medidas necessárias para enfrentar as dificuldades existentes no sector dificultadas essas consideradas por muitos como estando na origem da «maior crise económica e financeira de sempre».

A importância desta reunião — cujo início está previsto para

as 10 horas — resulta do próprio peso que esta actividade tem no conjunto da vida agrícola do distrito no qual existem 14 adegas cooperativas com mais de vinte mil associados que recebem cerca de 90 por cento da produção da região, o que corresponde a cerca de 25 por cento da produção nacional.

Um dos problemas que estará mais em foco durante a reunião do próximo domingo, é a situação à beira da falência técnica em que se encontram muitas adegas, hoje com dívidas de muitos milhões de contos.

Tal crise, cujas incidências se fazem sentir particularmente

junto dos pequenos e médios produtores de vinho surge como resultado — segundo os promotores do encontro — da política vitivinícola levada a cabo pelos últimos governos, designadamente o actual liderado por Mário Soares, apostada na destruição do sector, acção esta que tem contado com a conivência da maior parte das direcções das adegas cooperativas por razões que se prendem com interesses pessoais e políticos.

Para se ter uma ideia dos efeitos negativos desta política refiram-se apenas algumas das suas vertentes como sejam os altos encargos dos custos de produção, as altas taxas de

juro, a não intervenção da Junta Nacional do Vinho (JNV), o controlo da comercialização interna e externa pelas grandes empresas e armazenistas do sector, a falta de créditos e de outros apoios.

Entretanto, como sublinha uma convocatória para a reunião de Torres Vedras, é possível travar este processo destruidor da produção vinícola, inverter o curso dos acontecimentos. Para tanto, basta que haja uma outra política e um outro governo capaz de a executar, que tenha em conta e sirva os interesses da vitivinicultura e em especial dos pequenos e médios produtores de vinho.

Poder local

Amanhã, no CT Vitória

ORL prepara Encontro sobre Poder Local

É já amanhã, dia 26, pelas 20.30, que a ORL do PCP realiza no CT Vitória a reunião distrital preparatória do **Encontro de Quadros do PCP sobre o Poder Local, a Cultura, Desporto, Património e Juventude**, Encontro que terá lugar em Lisboa, a 24 de Novembro, em local ainda a designar.

A preparação para este Encontro (de que a reunião distrital da ORL, amanhã, é um exemplo) começou com grupos de trabalho organizados, a produzirem, por escrito, textos que pretendem ser uma contribuição para esta fase preparatória e estão já a chegar a todo o Partido, como, de resto, já anunciamos.

É claro que convém que participem nesta reunião da ORL (como em todas que se estão realizando no País) o maior número possível de eleitos, responsáveis políticos, especialistas, trabalhadores das autarquias, activistas do movimento associativo e popular, comunistas ou não. O que vai estar em discussão é o traba-

lho autárquico de animação cultural e desportiva, a defesa viva do património.

Entretanto, convém informar que os grupos de trabalho constituídos elaboraram três textos, já distribuídos, para discussão no Partido. Tais textos são material para discussão naturalmente com deficiências, que é necessário discutir na base da rica experiência acumulada nestes vários anos de Poder Local democrático. Brevemente seguirá um texto-síntese destes três, igualmente para discussão, base de um futuro projecto de conclusões. O resultado do Encontro vai de-

pende do debate travado, das contribuições individuais e colectivas que chegarem.

Recorda-se ainda que o Encontro funcionará em três secções, abrindo e encerrando com plenário. Uma secção debaterá o PL e a animação cultural e recreativa, outra a dinamização desportiva e a terceira as questões do património. Pela leitura dos textos se compreenderá que serão discutidas questões como a ocupação dos tempos livres, o meio ambiente, que política autárquica para a juventude e terceira idade, para a alfabetização e colectividades, etc.

Diploma do Governo é a ruína para os produtores

● Em causa matadouro de Braga

A Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga (ADADB) promoveu no passado fim-de-semana, no auditório do FAOJ naquela cidade, um colóquio para abordar a questão do matadouro/feira regional, projecto que o Governo PS/PSD pôs em marcha e que é considerado altamente lesivo para a lavoura, nomeadamente para os produtores de carne, bem como para os comerciantes de gado e carne.

Os trabalhadores dos mata-

douros e a população consumidora contar-se-iam também entre os prejudicados, uns por perderem os seus postos de trabalho, outros, por sofrerem as consequências do monopólio do abate nas mãos duma empresa privada neste caso um matadouro sediado em Fomalim a quem o Governo quer entregar o exclusivo desta actividade.

No decorrer da reunião — para a qual haviam sido convidadas as autarquias da região,

Junta Nacional dos Produtos Pecuários (JNPP), cooperativas agrícolas e outras organizações da lavoura, comerciantes de gado e carne — os participantes aprovaram uma moção exigindo a revogação do decreto-lei número 304/84 que está na origem do problema.

Na referida moção alerta-se para as consequências que adviriam da aplicação de tal diploma que «representaria a ruína para todos os produtores, agravaria os preços da carne

no consumidor e lançaria no desemprego centenas de trabalhadores dos actuais matadouros da JNPP».

Os presentes entenderam ainda conceder um prazo de 15 dias ao Governo para que satisfizesse esta reivindicação, findo o qual a direcção da ADADB — para o efeito mandatada pela reunião — decidirá das medidas a adoptar no sentido de «fazer prevalecer os nossos direitos».

Querem destruir a agricultura — alertam Ligas de Palmela e Montijo

As Ligas de pequenos e médios agricultores dos concelhos de Palmela e Montijo repudiaram recentemente quaisquer novos aumentos que se venham a verificar nos factores de produção, designadamente nos combustíveis, adubos, e rações.

Esta tomada de posição, tornada pública em comunicado dirigido aos agricultores da região, surge na sequência de informações que apontam para a iminência de novos aumentos até ao final do ano, agravamentos esses que não entender dos lesados encaminhariam a lavoura para a completa ruína.

Com efeito os constantes aumentos que se têm registado nos factores de produção em

resultado de uma política apostada em destruir a agricultura e em servir exclusivamente os interesses dos grandes industriais, armazenistas e intermediários tem tornado insustentável a vida de muitas dezenas de milhares de homens do campo e suas famílias, aproximando-os perigosamente de níveis abaixo do mínimo de subsistência.

A evolução de alguns preços ajudam a entender a situação crítica presente. Recordem-se, por exemplo, o **gasóleo** que em Janeiro de 1983 custava 35\$00 o litro e hoje atinge os 60\$00; os **adubos** que desde Junho de 1983 já sofreram um aumento de 65 por cento, falando-se num agravamento de

mais de 30 por cento; e às **rações** que de Junho de 1983 para cá tiveram um aumento de 95 por cento.

Razões de sobra, pois, para o protesto e para as movimentações dos agricultores que de Norte a Sul exigem uma política agrícola que impeça a ruína e a miséria e defenda os interesses nacionais.

Guarda tem 1.º Encontro de Lavoura

Com o intuito de debater os graves problemas da lavoura que se fazem sentir na Guarda e encontrar as respectivas respostas, agricultores e suas organizações representativas

do distrito promovem um Encontro — o primeiro na região — a decorrer no próximo dia 18, em local a anunciar.

Uma atenção particular será dada, segundo um comunicado da comissão organizadora, entretanto divulgado, à questão dos preços de alguns produtos como sejam os cereais, batata, castanha e vinho valores até aqui manifestamente insuficientes para cobrir alguns custos de produção.

Em debate estarão também, muito provavelmente, o pagamento das indemnizações em atraso, os aumentos dos factores de produção, o apoio técnico e as linhas de crédito, a poluição dos rios e a recolha das madeiras queimadas.

1.º de Maio, Avis em Festa

Uma excelente oportunidade para conhecer de perto um pouco da realidade da Reforma Agrária, eis o que se oferece a quem se deslocar no próximo dia 3 de Novembro à Cooperativa Agrícola 1.º de Maio, em Avis.

Trata-se da habitual festa de fim-de-ano agrícola, acontecimento que já ganhou tradições na região e cuja realização é sempre aguardada com alguma expectativa.

Motivos, aliás, não faltam, dado o vasto e diversificado programa que preencherá todo o dia e que este ano decorrerá

nas novas instalações da 1.º de Maio.

Do programa, com início previsto para as sete horas com uma alvorada de foguetes em Avis, Alcorrego e Maranhão, destacamos o desfile às 10 horas pelas ruas da vila da Banda da Sociedade Filarmónica Lusitana, a apresentação de parte do efectivo pecuário e do parque de máquinas às 11 horas, a actuação da orquestra de Ponte de Sor às 15 horas, uma informação da actividade agrícola da 1.º de Maio às 18 e 30 horas e, pelas 21 horas, um baile em que participará o grupo «Contrast Group».

Nacional

Condenação do terrorismo

Um engenho explosivo de média potência deflagrou em Évora no início da semana na residência do agricultor António Piçarra Cabral, destruindo todos os vidros da referida residência e dos prédios vizinhos e ainda de alguns automóveis estacionados perto. O atentado bombista foi posteriormente reivindicado pelas autodenominadas «FP-25».

Este acto criminoso foi veementemente criticado, provo-

cando a saída imediata de comunicados da União dos Sindi-

catos de Évora — que o caracterizou como «mais uma provocação terrorista» destinada a «desviar a atenção das populações» e a tentar «isolar os trabalhadores e a sua luta» — e da Comissão Concelhia de Évora do PCP, que repudiou atentado e exigiu a condenação dos seus autores, sublinhando que actos deste tipo visam «criar um clima de insegurança na população e as condições para justificar o reacender da repressão sobre os trabalhadores e facilitar a aprovação na Assembleia da República da chamada Lei de Segurança Interna», assinalando igualmente que «os actos terroristas são dirigidos por forças de direita» e «visam igualmente desviar a atenção das pessoas da crise cada vez maior em que o Governo PS/PSD está a mergulhar o País».

Entretanto o secretariado distrital da União dos Sindicatos de Évora anuncia que «no próximo dia 26 de Outubro (amanhã), os trabalhadores do

distrito irão estar em vigília/concentração das 15 às 24 horas, a fim de denunciar a política do Governo PS/PSD, no que respeita ao desemprego, aos despedimentos, aos salários em atraso, ao aumento do custo de vida, ao pacote laboral, ao pacote antiautárquico, à ofensiva contra a Reforma Agrária, bem como a ofensiva contra os direitos e liberdades dos trabalhadores e das populações.

«Os trabalhadores do distrito — refere ainda o comunicado — não perderão a ocasião para reafirmar mais uma vez o seu repúdio contra actos terroristas, que mais não fazem do que darem cobertura aos desígnios da direita reacçãoária, que tenta a todo o custo fazer crer que no Alentejo não há tranquilidade, com vista a pressionarem o Governo PS/PSD e o Parlamento a aprovarem a «chamada lei de segurança interna», bem como outras leis inseridas no chamado «pacote laboral».

POR INICIATIVA DO MDM Um barco da Paz navegou em águas que o Governo quer de guerra

A iniciativa foi do MDM. A ideia foi pôr um barco a navegar pela paz neste nosso Tejo tantas vezes porto de abrigo de submarinos e navios de fazer a guerra.

No domingo passado largou amarras do Barreiro em direcção a Lisboa. Neste cruzeiro participaram várias centenas de pessoas, com especial destaque para as crianças que reafirmaram, juntamente com as suas mães, querer um mundo onde possam crescer felizes. Daí que, agitando lenços brancos em direcção ao cais da NATO, dissessem que «a guerra morrerá, a paz viverá».

O Barco da Paz largou do Barreiro, navegando cerca de quatro horas até atracar em Lisboa. Pelo caminho fez mais uma paragem nesta primeira cidade, onde centenas de pessoas o esperavam para, em

nome da vida, o saudar. Depois, na Trafaria, foram os foguetes que assinalaram a sua passagem.

A festa da paz não decorreu somente cá fora, nas margens. Também dentro do Barco da Paz o Francisco Seia, o Carlos Alberto Moniz, diversos elementos do Grupo de Campolide — Companhia de Teatro de Almada, membros de grupos corais e poetas populares emprestaram a sua arte para, todos juntos, irem navegando em águas de futuro.

Foi o Barco da Paz organizado pelo MDM no âmbito da Campanha Mundial pela Paz e Desarmamento lançada pela ONU para a semana de 20 a 28 de Outubro. Também a Câmara Municipal de Sesimbra se solidarizou, na sua última sessão, com este passeio pelo Tejo.



uma Junta e Assembleia de Freguesia formadas por gente séria, que ame a nossa terra e o nosso povo, que não se sirva do seu cargo para benefício próprio. Por isso nos candidatamos às eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Canedo. Somos canedenses, conhecedores dos problemas do nosso povo e desejosos de que a nossa terra progrida e que os canedenses vivam melhor».

PL — AECOD subsidia S. Jorge do Selho

Uma delegação da Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas composta pelo presidente da Câmara do Redondo e pelo vereador da Câmara Municipal de Serpa, visitou no domingo passado, dia 21, a freguesia de S. Jorge do Selho — Guimarães e procedeu à entrega de 400 contos para pavimentação de caminhos. Para além da visita a alguns pontos da freguesia, realizou-se um comício no jardim público de Pevidém que contou com a presença de algumas centenas de pessoas e onde intervieram o presidente da Câmara do Redondo e o presidente da Junta de Freguesia de S. Jorge do Selho.

Sindicância em Castelo Branco

A direcção política distrital do PS de Castelo Branco decidiu, no último fim-de-semana, apoiar o pedido de sindicância à Câmara Municipal daquela cidade formulado pela APU ao Ministério da Administração Interna. A Câmara, presidida por César Vila Franca, do PSD, é acusada de diversas irregularidades, como a APU já divulgou em pormenor, aguardando-se agora uma resposta do MAI.

Marina de Algés

Um comunicado do Organismo de Direcção de Carnaxide do PCP alerta para «o projecto monstruoso do Governo Soares/Mota Pinto sobre a chamada «Marina de Algés» que, a ir por diante, liquidaria recursos vitais da população de Carnaxide e da Região de Lisboa e daria cobertura a gigantescas negociações imobiliárias».

Por falta de espaço não podemos desenvolver este assunto na presente edição, o que faremos brevemente.

Associação Portugal-URSS

A Associação Portugal-URSS promove, este domingo, o seu V Encontro Distrital de Lisboa.

O encontro, que se inicia às 10 horas funcionará em duas secções de trabalho, onde será analisado o trabalho da Associação dentro da Cidade e no resto do distrito, respectiva-

mente.

A seguir à sessão de encerramento realizar-se-á um espectáculo onde participarão Maria Guinot, Francisco Fahnais, Grupo Horizonte e o Grupo Folclórico de Benavente. Durante a manhã haverá jogos e divertimentos para as crianças.

Trabalhadores

Lisnave

Os Mellos no Diário da República

- **Prossegue a luta na empresa**
- **«O Governo continua a fazer da repressão o seu instrumento de acção diária» - acusa a CGTP-IN**

Foi publicada na quinta-feira passada no «Diário da República» a proposta dos Mellos para a Lisnave. O Governo limitou-se a concordar com a posição do grupo financeiro de que teve conhecimento formal na reunião de Conselho de Ministros de 27 de Setembro findo. A comissão executiva do conselho nacional da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal e as organizações representativas (sindicais e CGT's reafirmam que a proposta dos Mellos «não é a proposta dos trabalhadores». A via encetada logo que foi conhecido o teor geral da fórmula «situação económica difícil» tem prosseguido de várias formas e com forte adesão, não só na empresa mas em todo o distrito de Setúbal duramente atingido pela política e pelo Governo actual. Até anteontem não tinha sido posta em prática nenhuma das medidas

resultantes da proposta da administração da Lisnave, designadamente os despedimentos que afectariam entre 1700 e 2000 dos hoje 6100 trabalhadores da Lisnave.

As ORTs da empresa foram entretanto mandatadas em assembleia geral para intensificarem a luta de «forma diversificada e inovadora». O plenário, reunido no dia 19, («um dos mais combativos e participados de sempre», segundo afirmou um elemento das ORTs) recusou terminantemente a «continuação da desastrosa política que conduziu a empresa à situação actual».

Durante dois meses à espera da proposta/Mellos/Governo no «Diário da República», a administração «manteve a gestão da Lisnave praticamente paralisada». Afirmam as ORTs que o cancelamento de encomendas nesse período «ultrapassa os 600 mil contos».

Entretanto, não se vê o di-

neiro para os salários. É evidente que a proposta dos Mellos agora oficializada não diz uma palavra sobre o assunto.

«As administrações passam; os trabalhadores ficam»

Numa das suas intervenções públicas mais recentes, a célula do PCP na empresa reafirma que «o passado e o futuro da Lisnave estão ligados à luta e ao trabalho de todos quantos nesta empresa labutam. As administrações passam; os trabalhadores ficam», acrescenta a célula. Notando: «os trabalhadores sabem que a administração não paga porque não quer» (comunicado de 11 do corrente) o secretariado da célula destaca que, na situação vivida na Lisnave, «todos os trabalhadores, independentemente de serem operários, ac-

ministrativos ou quadros técnicos, estão a ser afectados». Perante o «Mello que tem utilizado a Lisnave em proveito próprio», a célula faz notar que «a declaração da empresa em situação económica difícil visa apenas objectivos puramente políticos e não contribui em nada para a resolução dos problemas da Lisnave».

Desenfreada exploração

A força sindical mais representativa na empresa, a Federação do sector, reafirma que o documento Mello agora oficializado pelo Governo Soares/Mota Pinto «prevê a mais desenfreada exploração da força de trabalho, nomeadamente pelo aumento dos ritmos de produção». E ao mesmo tempo, a par de «grandes benesses financeiras», são reduzidos drasticamente os postos de trabalho.

Segundo a sua própria versão da fórmula designada por «situação económica difícil», os Mellos são autorizados a não pagar a sua dívida ao sector público até 31 de Outubro em curso; têm facilidades de crédito e isenções fiscais, não pagarão os encargos com a dívida ao SEE até 31 de Agosto de 1985.

Esta «situação difícil» tem as assinaturas de Mário Soares e Mota Pinto. Em conselho de Ministros foram eles que aprovaram a resolução afirmando, «aceitar e adoptar em conformidade com a mesma proposta» — a mesma é a dos Mellos, como se disse — a «situação económica difícil» da Lisnave.

Outras lutas

A movimentação sindical e a luta nas empresas e nos sector-

es caracteriza-se nos últimos dias pela crescente convergência das tomadas de posição, protestos, greves, paralisações e concentrações que têm envolvido, por formas diversas, a função pública, os vidreiros, metalúrgicos, têxteis, ferroviários, médicos, professores, assalariados rurais (**vigília em Évora anunciada para amanhã**), empregados da marinha mercante e da pesca.

As movimentações e lutas convergem no sentido da recusa de uma política e de um Governo que perdem diariamente o pouco que lhes resta das características próprias de quem está empenhado em resolver os problemas mais urgentes do País.

E é realmente por todo o País que as mais diversas formas de luta se desenvolvem, mobilizam e ganham adesão. As atitudes repressivas do Governo não intimidam os trabalhadores.

Semana de luta no Porto

As empresas e os sectores mais afectados pela falta dos salários e pelas ameaças de mais desemprego no distrito do Porto participaram numa semana de luta entre 15 e 20 do corrente.

Pelo pagamento dos salários e outras remunerações em atraso, contra a repressão e os despedimentos, contra a lei de segurança interna e o pacote laboral, pelo exercício efectivo do direito à contratação colectiva, por um novo governo e uma nova política foram os objectivos que mobilizaram os trabalhadores em plénários na CIFA, Santos e Lima, empresas mineiras, Sundelete, Sepsa, Equimetal, Pátria, Independência, Rainha do Sado, Algarve Exportadora, Vilar, Tinoco, Rotor, Torgas, Companhia Nacional de Pneus, Sintex, José Alves, Jaime da Costa, Efaced, Desco, CP e ainda em perto de uma dezena de locais de trabalho da Função Pública e duas dezenas de empresas gráficas do distrito.

No mesmo período e integradas na semana de luta houve paralisações e greves na Sepsa, Equimetal, Somatex, SI-

derurgia Nacional (Maia), Teófilos de Campo Alegre, V. Sampaio Faustino, Socris, José Alves e Plácido Sapage.

Trabalhadores da Sepsa deslocaram-se à Secretaria de Estado do Emprego, que tem sede no Porto, e ao Centro Regional de Segurança Social. Os da Santos e Lima foram à Câmara de Valongo onde se dirigiram também os participantes num plenário de activistas daquela localidade particularmente atingida pelas dívidas salariais, principalmente na CIFA.

De várias empresas de Matosinhos, entre elas a Equimetal, houve também deslocações de protesto à Câmara Municipal. Os trabalhadores das conservas deslocaram-se à Secretaria de Estado do Emprego.

Segundo informações recolhidas nos locais, foram numerosas e variadas as formas de protesto contra a degradação das condições de vida e de tra-

balho, para reivindicar o pagamento dos salários e outras remunerações, a viabilização económica das empresas, o fim da repressão, uma nova

política com novo governo, que tenham em conta os interesses de quem trabalha e produz.

As acções nas empresas portuguesas entre 15 e 20 do

corrente foram acompanhadas ao longo da semana por uma campanha de esclarecimento e sensibilização das populações, mediante a distribuição de do-

cumentos, bancas e carros sonoros. A campanha foi levada a cabo pela União dos Sindicatos do Porto e pelos sindicatos da região.



Visita da OIT

Governo actua «para inglês ver»

- **Inter e 3 Federações protestam e entregam dossiers aos delegados da Organização Internacional do Trabalho**

A CGTP-IN acusa o Ministério do Trabalho de ter retirado da lista das empresas a visitar pela delegação da OIT as que têm salários em atraso. A Organização Internacional do Trabalho, com sede em Genebra, mantém uma delegação em visita ao nosso país até 10 de Novembro próximo. No mesmo sentido da CGTP, e apontando outros motivos, manifestaram-se também contra a atitude oficial do Ministério do Trabalho três Federações sindicais: Metalurgia, Metalomecânica e Minas; Construção Civil, Mármores e Madeiras; e Comércio, Escritórios e Serviços. Esta última organização afirma que «nem uma das empresas» do ramo «indicadas pelo movimento sindical será observada pela OIT».

No entanto, acrescenta a FPSCES, a actuação do MT não impedirá neste caso que a delegação técnica da Organização Internacional do Trabalho «tome conhecimento pormenorizado das condições de trabalho indicadas pelos sindicatos». A delegação da OIT receberá «um dossier completo sobre as condições de trabalho, de higiene e segurança nas cinco empresas indicadas» (Bertrand, Dinler, Rodrigues &

Irmão, Shopping Brasília e Pão de Açúcar em Vila Nova de Gaia).

«Conluio com a CCP»

Segundo a FPSCES, os dados a fornecer à delegação da OIT sobre esse conjunto de empresas justificavam largamente a proposta de visita feita pelos sindicatos do sector.

Afirma a Federação do comércio e serviços que a lista das empresas que a delegação da OIT visitará oficialmente é «integralmente composta por empresas indicadas pela Confederação do Comércio Português», organização dominada pelos patrões dos altos negócios do ramo. A lista apresentada pela CCP foi aprovada na íntegra pelo Ministério do Trabalho, que recusou as empresas indicadas pela CGTP-IN. «Esta atitude do MT ilustra a total dependência do Governo em relação à organização do grande patronato do comércio, assumindo deste modo a responsabilidade de esconder a uma organização internacional tripartida como é a OIT as condições vergonhosas de trabalho e de higiene e segurança que a maioria do grande patronato português persiste em impor aos trabalhadores».

A FPSCES, relativamente às cinco empresas que indicou, refere que a Bertrand e a Dinler têm salários em atraso, que os armazéns de mercadoria Rodrigues & Irmão e o Shopping Brasília não cumprem «as mais elementares normas de higiene e segurança» e que no Pão de Açúcar de Vila Nova de Gaia não é cumprido o contrato de trabalho e há repressão sobre os trabalhadores.

Lisnave e MDF afastadas da lista oficial

Por seu turno, a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, através da sua co-

missão executiva, destaca a omissão da Lisnave e da Metalúrgica Duarte Ferreira da lista por que é responsável o Governo Soares/Pinto. A FSMMP apresenta esses dois exemplos como característicos de unidades de produção com vários meses de salários em atraso, grande percentagem de contratos a prazo e péssimas condições de higiene e segurança.

Depois de referir que as empresas da lista do Governo «não reflectem a actual realidade social e laboral do sector», a respectiva Federação acrescenta que *no que se refere às minas a situação é ainda mais flagrante*.

«As duas únicas minas da lista — acentua a FSMMP — são as menos más do panorama mineiro nacional. Trata-se das minas de Aljustrel e da Panasqueira e, embora esta última tenha registado no ano anterior cerca de 600 acidentes de trabalho, as condições de trabalho e de vida em todas as restantes são muito mais graves» e desrespeitam «várias normas internacionais da própria OIT».

Condenada a hipocrisia do Governo

A comissão executiva do conselho nacional da FSMMP condena a hipocrisia do Governo Soares/Pinto e a má-fé que evidencia ao «tentar esconder a uma organização das Nações Unidas especializada em trabalho a realidade social que se vive no nosso

país, com situações dramáticas de fome e de miséria».

A Federação acusa, por sua vez, o Governo de «não ter tido em conta as propostas dos representantes dos trabalhadores» e afirma que «tão vergonhoso ardis não impedirá que a verdade chegue às instâncias internacionais, neste caso a OIT».

Entretanto, a acentuada degradação da situação económica e financeira das empresas do sector era assinalada pela Associação da Indústria Portuguesa que se baseia num inquérito a nível nacional promovido pelas associações industriais da metalurgia e da metalomecânica.

Soares da Costa sim, mas na sede

Sob o título «cortada a visita a locais de trabalho onde houve três acidentes mortais», a Federação dos Sindicatos da Construção Civil, Mármores e Madeiras acusava no dia 19 o Ministério do Trabalho de esconder à delegação da OIT a «falta de condições de segurança» na empresa Soares da Costa onde se registaram nos últimos meses três acidentes mortais, sendo «dois nas obras de Pedralva e um nas do Metro» em Benfica.

A lista das visitas neste ramo, organizada sob a égide do Ministério do Trabalho, não foi cumprida. O MT «censurou» as visitas às obras daquela empresa, levando os delegados estrangeiros apenas à sede, aos escritórios da Soares da Costa, numa das avenidas

novas, ao Campo Pequeno em Lisboa.

A Federação «protesta energeticamente contra a manipulação que o Ministério do Trabalho pretende fazer da visita da missão da OIT a Portugal, escondendo-lhe as realidades concretas das empresas e dos trabalhadores».

A Federação afirmava na sexta-feira passada que faria chegar nesse dia à referida missão «um dossier completo sobre a Soares da Costa, respeitante às condições de higiene e segurança no trabalho, e às condições de emprego, designadamente no que se refere ao grande volume de contratações a prazo existente no sector».

Elementos para um diagnóstico

A CGTP-IN, que expressou aos membros da missão da OIT a «importância que atribui ao PIACT (Programa da OIT para a Melhoria das Condições e do Meio de Trabalho)», entregou-lhes «elementos para um diagnóstico sobre a política relativa às condições de trabalho em Portugal».

O documento da Inter, que «será completado com novos elementos» aborda os seguintes capítulos: «emprego e formação profissional, rendimentos, salários em atraso, tempo de trabalho, higiene e segurança no trabalho, participação dos trabalhadores, inspecção do trabalho e protecção a grupos mais desfavorecidos (mulheres e rurais)».

Com novo ministro

Mais atenção à EPAC

Diversas organizações representativas dos trabalhadores da EPAC, que promoveram quinta-feira passada uma conferência de imprensa, em Lisboa, mostram-se decididas a defender a «unidade patrimonial da empresa» (pública, como se sabe) agora que a mesma é da tutela orgânica de um ministério que tem por titular o eng. Álvaro Bissia Barreto.

A comissão de trabalhadores da EPAC, a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços, a FETESE-Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Escritórios e Serviços e a FENSIQ-Federação Nacional dos Sindicatos de Quadros, que assinam em conjunto um comunicado, baseiam a sua preocupação pelos destinos da EPAC nas «consequências da aplicação do Decreto-Lei 203/84 que tem como objectivo «retirar as condicionantes legais» que anteriormente podiam impedir em tribunal «a desafectação de património, no valor de centenas de milhares de contos, a favor de entidades patronais privadas».

A aplicação do referido Decreto-Lei, de 15 de Junho deste ano, foi analisada pelas organizações dos trabalhadores à luz das «informações disponíveis e das experiências de desafectação de património que nos últimos tempos têm sido efectuadas noutras empresas e institutos públicos».

A CT e as Federações representativas «mostram a sua mais viva preocupação pelos inventários e identificações que estão em curso em toda a empresa, tendentes a criar as condições para a desafectação do património através de despachos ministeriais», documentos que, segundo as Federações e a CT, já «estão preparados, aguardando a melhor oportunidade para serem publicados».

Carteiras profissionais

Se um «visto» demora 4 meses...

Ao protestar recentemente contra a tentativa governamental de retirar aos sindicatos a capacidade de intervir na atribuição de carteiras profissionais, a comissão executiva da CGTP-IN, que solicitou uma audiência urgente ao Governo, através do Ministério do Trabalho, exigiu «a imediata suspensão do processo de elaboração do diploma» sobre a competência para a atribuição das referidas carteiras. A CE da Central pretende apresentar sobre o assunto «propostas concretas» e encetar com base nelas «um processo de diálogo e negociação».

Num extenso comunicado sobre o assunto, a CGTP-IN não reconhece aos «serviços ultraburocratizados e ineficazes do Ministério do Trabalho» as mínimas condições para «assegurarem eficácia prática e celeridade na passagem das carteiras profissionais» e sublinha que, se «já hoje, reduzindo-se a intervenção do Ministério do Trabalho a «pôr o visto» nas carteiras emitidas pelos sindicatos, se verificam atrasos médios de quatro meses, pode bem avaliar-se o que seria quando todo o sistema passasse para aquele Ministério».

No mesmo sentido da CGTP-IN se manifestaram outras organizações sindicais, designadamente a Federação dos Sindicatos da Química e Farmacêutica.

Os milhões da gasolina

«Os aumentos dos preços dos combustíveis não resultam da subida do preço do petróleo no mercado internacional, pela simples razão de que este não tem subido, mas sim baixado». Contrariando afirmações do Governo, um estudo recente da CGTP-IN destaca entre as suas conclusões que nos anos de 1981 a 1984, «o preço médio da tonelada de petróleo importada baixou 54,2 dólares, ou seja mais de 20 por cento». A Inter, ao advertir contra a intenção governamental de aumentar novamente os preços dos combustíveis, especifica que essa baixa superior a 20 por cento resulta, em escudos, num aumento de 86,3 por cento por tonelada de petróleo importado («passando de 16 217 para 30 217 escudos») o que se deve evidentemente à desvalorização crescente da nossa moeda no período de quatro anos considerado naquele estudo. A CGTP conclui que «a receita anual do Estado, proveniente apenas dos aumentos de preços na gasolina e no gasóleo ronda já os cem milhões de contos», de receitas resultantes da diferença «entre o preço ao público e o preço para as empresas», conforme elucida a central com dados referentes a Agosto do ano corrente, para um consumo normal de 800 milhões e 2300 milhões de litros de gasóleo e gasolina, respectivamente.

Seminário pela baixa dos impostos

«Pela baixa dos impostos e pela defesa do poder de compra» a CGTP-IN leva a efeito, sábado e domingo, um **Seminário Nacional sobre a Política Fiscal**. A iniciativa decorrerá na Faculdade de Direito em Lisboa e será preenchida com doze comunicações elaboradas pela própria Central e por técnicos especializados, entre eles o dr. Medina Carreira, o desembargador dr. Ernâni Figueiredo, o juiz dr. Macaêta Malheiros, os drs. Raul Esteves, Teixeira Alves, Aurora Murteira, Augusto Mateus, e os professores Teixeira Ribeiro e Mário Murteira. Haverá debates em sessões plenárias e por secções. Com início às 9 e 30 do próximo sábado, o Seminário encerrará pelas 12 e 30 do dia seguinte.

Jornalistas e gráficos pela revisão salarial

«Os salários contratuais dos jornalistas não são revistos há 22 meses», recorda um grupo de delegados sindicais do sector ao apoiar a **jornada de luta marcada para hoje**, juntamente com os gráficos, no sentido de desbloquear os processos de revisão das respectivas convenções colectivas de trabalho. Num apelo à participação na jornada de hoje, os delegados sindicais afirmam: «A tua presença activa é a forma de conseguir que a PRT (portaria de regulamentação de trabalho), que nos foi imposta, garanta a reposição do poder de compra de Janeiro de 83 e cuja vigência e retroactividade seja garantida em relação a Janeiro de 84, bem como a garantia da discussão do clausulado geral na próxima negociação». A jornada incluirá a distribuição de um jornal de luta em alguns locais de Lisboa e uma concentração, às 15 horas, no Rossio. No comunicado que a propósito emitiram em 19 do corrente, os delegados sindicais dizem que a jornada de luta de hoje «e o seu êxito podem contribuir para reduzir o que se perdeu e relançar o Sindicato no caminho da luta, da unidade dos jornalistas e de todos os trabalhadores do sector. Pode contribuir para conjurar uma das formas que o Governo procurará institucionalizar para reduzir a independência do jornalista e alargar o controlo político da comunicação social em vésperas de eleições: as pressões financeiras, a degradação das condições de vida».

Plano cínico e maquiavélico

«Plano cínico e maquiavélico do Governo» é como o Secretariado da Federação dos Sindicatos das Indústrias Química e Farmacêutica designa a tentativa de fazer aprovar e pôr em vigor os nove anteprojectos governamentais para alterar profundamente a legislação do trabalho. «Se este pacote passasse — sublinha o Secretariado da FSIQF — o desemprego e os salários em atraso não parariam de aumentar; os salários reais continuariam a descer; com o incremento dos contratos a prazo e do trabalho temporário, aumentaria ainda mais a insegurança dos trabalhadores; com as limitações ao exercício do direito à greve, os trabalhadores teriam grandes dificuldades de lutarem pela defesa dos seus postos de trabalho e dos seus direitos». O aludido pacote tem suscitado a recusa unânime do movimento sindical e da generalidade das organizações representativas dos trabalhadores.

Internacional

Nicarágua

Oposição tem medo das eleições

Prosseguem na Nicarágua as tentativas das forças conservadoras (mais ou menos ligadas à reacçãoária «Coordenadora Democrática» de Arturo Cruz) para desacreditar as eleições gerais do próximo dia 4 de Novembro. Agora foi o Partido Liberal Independente (PLI) que anunciou a sua desistência de se apresentar ao plebiscito para passar a defender a tese da necessidade do «diálogo nacional» exigido pela CD que, como se sabe, passa pela legalização dos bandos somozistas.

Esta decisão do PLI, a menos de quinze dias das eleições, é tanto mais insólita quanto é certo que um efectivo diálogo nacional vem sendo levado a cabo na Nicarágua, desde que no princípio do mês, mais propriamente no dia 4, os partidos políticos inscritos para a campanha institucionalizaram a realização de reuniões conjuntas para debate dos problemas nacionais.

As cimeiras entre os sete partidos — Frente Sandinista, Partido Popular Social Cristão, Partido Socialista, Movimento de Acção Popular, Partido Liberal Independente, Partido Comunista e Partido Conservador Democrata — têm vindo de resto a ser complementadas com a realização de debates televisivos, em que os candidatos respondem a questões colocadas por vários jornalistas.

Não é difícil adivinhar as razões que levaram o PLI a desistir, quando ainda recentemente o seu candidato a vice-

-presidência, Constantino Pereira, afirmava no decorrer de um debate com o candidato sandinista, Sérgio Mercado, que o diálogo entre os diferentes partidos era a única forma de pôr termo à guerra de agressão.

Por um lado, a fraca implantação entre os nicaraguenses não lhes permite esperar resultados eleitorais significativos; por outro lado, sabem que apenas a subversão do processo democrático em curso na Nicarágua — o que inclui denúncias dos sandinistas ao ponto de reconhecer nos somozistas o direito à legalização — lhes abrirá o caminho para a recuperação dos privilégios e do poder que perderam com a revolução.

Há pois que desenvolver todos os esforços para pôr em causa as eleições, ainda que este domínio seja altamente escorregadio. Aponta-se o clima de guerra provocado pela agressão externa como argu-

mento da falta de condições para a realização de eleições livres; mas pretende-se ao mesmo tempo que as forças mercenárias implicadas na agressão tenham não só direito a participar nas eleições como a impor as condições para tal participação.

Acusa-se a Nicarágua de viver sob um regime totalitário, mas não se explica como semelhante regime conta com diversos partidos inscritos para as eleições, todos eles com posições distintas da Frente Sandinista e cala-se o facto de não existirem mais apenas por falta de capacidade política, uma vez que a lei eleitoral em vigor permite que um partido seja constituído apenas por 20 pessoas (!).

Acusam-se as autoridades de praticarem a censura, utilizando para tal a liberdade de imprensa e a mais de meia hora por semana que todos os partidos inscritos para as eleições dispõem na televisão, ou os comícios que cada um pode realizar livremente em qualquer ponto do país.

Fala-se de desigualdade de condições em relação à Frente Sandinista, ocultando que a lei eleitoral contempla o financiamento pelo Estado dos partidos concorrentes ao escrutínio, bem como a isenção de impos-

tos para a divulgação de propaganda no exterior.

Falta de seriedade... de quem?

É posta em causa a seriedade das eleições, mas cada partido pode designar fiscais eleitorais. Acresce ainda que o Conselho Supremo Eleitoral convidou já mais de 400 personalidades estrangeiras da América e Europa para acompanharem as eleições, bem como representantes de governos, partidos políticos e organismos internacionais.

Como afirmou recentemente Willy Brandt, presidente da Internacional Socialista, nenhum outro país, a não ser a Nicarágua, se atreveria a convocar eleições nas duras condições de agressão a que tem de fazer face. E sobretudo com a abertura e limpidez com que as eleições de 4 de Novembro estão a ser preparadas.

Não admira pois que os opositores da revolução sandinista estejam desesperados. Clamam por eleições confiantes de que elas não se realizarão; uma vez marcadas, exigiram um diálogo crentes de que ele não seria aceite e quando as portas se abriram com as condições possíveis não tiveram outra alternativa do que retroceder; exigiram observadores à espera que os sandinistas os recusassem e perderam os argumentos com o largo leque de personalidades convidadas para estarem presentes na Nicarágua, não só no dia 4 mas inclusive nas últimas semanas da campanha eleitoral; agitam o documento de Paz de Contadora convencidos de que os revolucionários o não subcreveriam e ao verificar o seu engano foram forçados a desenvolver todos os esforços para evitar que ele entrasse em vigor.

Nem seria necessário tanto para concluir da falta de seriedade dos que combatem a revolução sandinista. Nem tão pouco para concluir do profundo empenhamento democrático dos patriotas nicaraguenses que, tendo legitimamente conquistado o poder pelas armas derrubando Somoza, querem confirmá-lo nas urnas pese embora todas as condições adversas que enfrentam.

O nosso não ao não de Washington

Em quatro anos de mandato, a administração Reagan não assinou um único acordo para diminuir o nível de confrontação militar, riscou acordos anteriormente alcançados e cometeu numerosas violações aos compromissos assumidos antes de 1981 pelos Estados Unidos. Os «Pershing-2» estão a ser colocados ao ritmo de um por semana em território da RFA, enquanto o vice-ministro da Defesa dos EUA, Fred Ikle, afirma que Washington vai levantar a questão de renúncia de acordos internacionais que constituam empecilho ao desenvolvimento de sistemas de armamento como o míssil «MX» ou de meios de defesa anti-míssil de estacionamento cósmico. O balanço — breve — de uma política claramente agressiva. Com que consequências?

No dia 14 deste mês o ministério de Defesa da União Soviética divulgou um comuni-

riam a resposta adequada, para que o equilíbrio não fosse violado, e a resposta seria ex-

alheios (no caso, a Europa).

Os objectivos da União Soviética ao avançar com as anteriormente anunciadas contramedidas são claros. Em comentário da Tass ao comunicado do Ministério soviético da Defesa destaca-se que assim se «fizeram gorar os prognósticos da actual administração norte-americana de que o incessante aumento dos armamentos nucleares pelos EUA forçaria a União Soviética a capitalizar e a concordar com as exigências americanas de desarmamento unilateral», e simultaneamente afirma-se: «a confrontação militar subiu a um

ção de acordos sobre proibição de testes nucleares e a renúncia à utilização em primeiro lugar de armas nucleares.

O sentido da resposta norte-americana não é menos claro que o das propostas do camarada Tchernenko. Rejeição — porque isso significaria que os Estados Unidos teriam «de pagar um preço para que a URSS regressasse às negociações sobre armas nucleares».

Na verdade o NÃO de Washington — que é sistemático, ou quando muito alterna com o silêncio — tem muito mais a ver com as pretensões de «assumir de novo um papel dirigente» como Weinberger afirma na apresentação do orçamento militar. Tudo o resto não passa de falsa argumentação, que se impõe pelo próprio sentimento generalizado de repúdio da corrida aos armamentos. «Os factos continuam a ser os mesmos, apesar dos discursos», afirma com razão o camarada Zagladine. Factos que são os próprios Estados Unidos que vão confirmando diariamente, pela sua prática.

Por exemplo, segundo o «New York Times», o Pentágono está a preparar um orçamento (de que a aplicação dependerá parcialmente dos resultados das eleições presidenciais) que aponta para aumento das despesas militares da ordem dos 14 por cento (entre os anos de 1985 e 86). No que respeita aos planos da «guerra das estrelas» — abordados na reunião do Grupo de Planeamento nuclear da NATO recentemente realizada em Itália, e onde Mota Pinto proferiu declarações oportunamente denunciadas — a comissão de reconciliação da Câmara de Representantes e do Senado dos Estados Unidos aprovou há dias uma verba de 1,4 mil milhões de dólares para pesquisa e desenvolvimento de armas estratégicas espaciais. Nos planos do Pentágono a parte do orçamento destinado a este fim deverá sofrer um aumento global de 284% no curto prazo de dois anos (1984-86).

Para justificar verbas que significam a maior escalada na corrida aos armamentos de toda a história dos Estados Unidos, Weinberger afirmou mesmo: «Penso que é a medida mais significativa que podemos tomar para preservar simultaneamente a paz e a liberdade, e deixar aos nossos filhos a herança de um mundo mais seguro».

Palavras tão terrivelmente cínicas e sinistras como a própria política que reflectem. Aliás, em nome da segurança e de uma certa liberdade, como de interesses e de espaços vitais, inumeráveis crimes já foram cometidos. Agora chegou-se ao limite: não a «paz» de cemitérios espalhados por esse mundo, mas a «paz» geral de um planeta transformado em cemitério — «livre» dos seres humanos, «livre» da vida.

Ao NÃO sistemático dos Estados Unidos a renovadas propostas para a Paz, impõe-se mais do que nunca, erguer o nosso NÃO a uma política suicida.

Apelo à luta pela Paz

«Assinalando a Semana do Desarmamento — celebrada todos os anos, no mundo inteiro, de 24 a 30 de Outubro e momento privilegiado de sensibilização dos povos para a mais premente questão da nossa época» —, também no nosso país se lança o Apelo repetido por toda a parte do mundo, para que, «em resposta e apoio à Campanha Mundial pelo Desarmamento das Nações Unidas, se mobilize em iniciativas e acções a partir do actual período e prolongando-se no futuro, na continuidade da Campanha Nacional de Desarmamento, iniciada em 1983 e então distinguida com um telegrama de felicitações de Perez de Cuellar, secretário-geral das Nações Unidas».

O Apelo sublinha simultaneamente os grandes perigos que se vivem no momento actual e as razões de confiança para todos nós — razões intimamente ligadas a uma acção organizada de massas pela paz.

«A acumulação incessante de novos e diversos tipos

e sistemas de mísseis e demais vectores integrados em estratégias de «primeiro golpe» ou de «guerra nuclear limitada», os planos que podem tornar-se irreversíveis de extensão da corrida às armas nucleares no espaço cósmico; a escalada monstruosa dos armamentos militares, tudo concorre objectivamente para a preparação material da guerra nuclear».

A esta panorâmica de «perigo real e sem precedentes de holocausto», contrapõe-se a luta dos povos.

«São razões de esperança e confiança a acção e a cooperação das mais diversas e poderosas forças da Paz no mundo, dos povos, dos movimentos democráticos e de opinião, e das Nações Unidas, incluindo a grande maioria dos governos, que nas Nações Unidas votam com regularidade a favor de numerosas resoluções de desarmamento e pela prevenção da guerra nuclear, plenamente identificadas com os objectivos e propostas dos movimentos da Paz.



«Os movimentos pela Paz ampliam a sua unidade de acção e influência política e manifestam na Europa, mas também noutros continentes, com crescente determinação a vontade maioritária dos povos de que sejam retirados, de ambos os lados, quaisquer novos mísseis e se proceda à redução negociada e eliminação das armas nucleares».

É à nossa mais ampla participação neste movimento que o Apelo agora divulgado se dirige.

cado em que se informa que a URSS procedeu à «colocação de mísseis Cruzeiro de grande alcance a bordo de bombardeiros estratégicos e de submarinos». Cumpra-se assim o que de há muito fora anunciado. Os novos mísseis norte-americanos colocados na Europa te-

tensiva ao território dos Estados Unidos.

Assim ficam goradas várias pretensões de Washington. Nem superioridade militar, nem chantagem em relação aos países socialistas, nem os planos de sempre de desenvolver guerras próprias em territórios

novo nível, mais perigoso e dispendioso. Porém, a ameaça à Paz seria mais grave se a União Soviética permitisse a Washington cumprir os planos de obtenção da superioridade militar».

Quase simultaneamente ao anúncio da concretização das contra-medidas, a União Soviética avançou com renovadas propostas no sentido de pôr travão à corrida aos armamentos. Na abertura dos trabalhos da Comissão Política e de Segurança da ONU, propôs aos Estados Unidos negociações sobre um tratado que proíba a utilização do espaço para fins militares. Entretanto o chefe de Estado soviético, camarada Tchernenko, em declarações ao «Washington Post», avançou várias hipóteses possíveis como pontos de partida para conversações sobre a limitação de armas nucleares: a aceitação pelos Estados Unidos do congelamento dos respectivos arsenais nucleares; o início de negociações sobre a desmilitarização do espaço; a ratifica-

da região e o empenhamento da comunidade internacional. Ultrapassar as divergências internas de cada país é sem dúvida o primeiro passo. No Líbano, uma nova tentativa foi feita nesse sentido, com a recente criação da Frente Nacional Democrática, presidida por Walid Jumblatt, do Partido Socialista Progressista, e integrada pelo Partido Comunista libanês, a organização do Partido Baas do Líbano, o Partido nacional social sírio e o Partido árabe democrático.

Mobilizar esforços para uma conferência internacional sobre o Médio Oriente é talvez o segundo passo que já tarda.

israelita de construção de um canal ligando o Mediterrâneo e o Mar Morto.

Segundo o relatório publicado em Nova Iorque, aquele projecto (cujos trabalhos preliminares já começaram) provocará o êxodo de milhares de pessoas dos territórios árabes ocupados, afectará o desenvolvimento agrícola da Jordânia, provocará a submersão de várias regiões e levará a uma diminuição importante da exploração dos recursos minerais jordanos, designadamente de fosfato e potássio.

Fazer frente às várias facetas da política sionista exige cada vez mais a unidade dos povos



Um debate televisivo entre os candidatos da Frente Sandinista e do PLI à vice-presidência da Nicarágua poucos dias antes do Partido Liberal decidir desistir por falta de diálogo...

Médio Oriente Israel fala de paz aprontando as armas

Se a linguagem das armas parece ter diminuído de tom nos últimos tempos na conturbada região mais próxima de Israel, nem por isso os graves problemas que afectam os povos libaneses, palestinos e mesmo israelita estão mais próximos de uma solução.

A intensa actividade diplomática registada nos países envolvidos no conflito israelo-árabe (a visita do presidente sírio Hafez El Assad à URSS; a deslocação de Shimon Peres, primeiro-ministro israelita, aos Estados Unidos; as viagens do secretário americano da Defesa, Caspar Weinberger, ao Egipto e a Israel, entre outras) coloca de novo na ordem do dia a questão do Médio Oriente, bem como a necessidade crescente da realização de uma conferência internacional sobre o assunto, várias vezes proposta e sempre rejeitada pelos principais mentores do conflito — Israel e os Estados Unidos.

As possibilidades de encontrar uma solução pacífica tanto para a retirada das tropas sionistas do sul do Líbano como para o reconhecimento do direito do povo palestino à autodeterminação e à fundação do seu próprio Estado independente, não estão hoje mais próximas do que estavam antes do Partido Trabalhista de Israel ter chegado ao poder.

As declarações feitas a propósito por Shimon Peres, no regresso da sua viagem a Washington, não deixam dúvidas de que nada de substancial mudou na política israelita. Afirmam-se extremamente impressionados pelos sentimentos de amizade manifestados a todos os níveis pela administração Reagan e pelo povo americano face a Israel, Peres anunciou que a assistência económica e militar norte-americana ao seu governo vai continuar.

Essa amizade é-nos dispensada sem condições, disse, mas cabe-nos evidentemente desenvolver por nós

próprios a recuperação da nossa economia. E a confirmar tal «independência», Shimon Peres anunciou que uma comissão mista israelo-americana vai estudar em breve os meios de combater a inflação e de impedir o crescimento do desemprego em Israel.

Quanto ao apoio militar fornecido pelos EUA, que transformou o país no braço armado do imperialismo na região, Pe-

res não foi menos claro: Posso assegurar, sublinhou, que não está em causa a redução, seja de que maneira for, do nosso poderio militar. Trata-se de um investimento para o mundo livre e para os Estados Unidos... imaginem o que seria o Médio Oriente sem Israel (!).

A luz desta ameaça, compreende-se melhor a demagogia das propostas de diálogo que vêm sendo feitas pelos trabalhistas, que ainda no passado domingo recusaram conversações com as autoridades libanesas sobre a situação no sul do país na presença dos oficiais da ONU que se encontram no Líbano. Ou as dispo-

sições de negociar com Yasser Arafat, presidente da Organização de Libertação da Palestina (OLP), desde que este renuncie à criação de um Estado Palestino independente...

As tentativas para impor, pela força das armas, pseudo-soluções para o Médio Oriente, não são novas. Fazem parte da política seguida pela administração Reagan e enquadram-se plenamente nos desejos expansionistas de Israel, que não olha a meios para atingir os seus fins. Ainda há dias o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, alertou a comunidade internacional para as graves consequências que podem advir do projecto

Angola e Moçambique Ingerências do Governo português

Nos últimos dias, sérias acusações à política externa desenvolvida pelo Governo português, foram levantadas pelas agências noticiosas, quer de Angola, quer de Moçambique. Acusações fundamentadas e em que no essencial se realça a ingerência em problemas internos de ambos os países (assumindo mesmo a forma — como sabemos — de apoio a bandos armados), e um claro espírito neocolonialista.

A razão próxima que levou a agência Angop a comentar posições inadmissíveis do Governo português, foram as declarações de Mário Soares a 10 empresários que o acompanharam a Moçambique, afirmando então que os contactos em curso entre Moçambique e a África do Sul poderiam influenciar «Angola no sentido do realismo e não da fuga para a frente no sentido da ideologia e da ortodoxia sectária».

Bem sabemos que o Governo português, em nome do já famoso «pragmatismo» em po-

lítica externa, considera coisa normal a venda do país, a retaliação, para a instalação de bases ou a sua utilização militar, e abre amplamente as nossas fronteiras ao capital estrangeiro — para referirmos apenas alguns factos. Daí a pretensão de impor a receita a outrém, vai um passo que se chama ingerência — e que justamente provocou o protesto de Angola.

Por isso a Angop qualificou as declarações de Soares de «grosseira ingerência», afirmando nomeadamente: «A crer nas informações veiculadas pela imprensa internacional, o

actual Primeiro-Ministro português não só acusou frontalmente os dirigentes angolanos de «falta de realismo político», como também, o que não deixa de ser menos grave, se supôs no direito de ditar o caminho que a nossa diplomacia deveria seguir, na busca da solução que procuramos para o estabelecimento de uma paz justa para os conflitos da África Austral». E não será exactamente essa absurda pretensão o real conteúdo da política presenteiramente desenvolvida pelo Governo português em relação à África? Ou, pelos termos utilizados pela Angop — «o senhor Primeiro-Ministro português terá saudades dos tempos em que, de Lisboa, se determinava a vida dos povos do chamado «Ulamar»?».

Quase simultaneamente o «Notícias» de Maputo publicava um artigo do director da

agência noticiosa moçambicana, em que directamente se aponta para a existência em Portugal de forças interessadas na neocolonização de Moçambique, o que logicamente se coaduna com «a presença em Portugal e actuação impune de representantes do banditismo armado». Com base na interligação lógica destes factos avança-se para uma outra ideia: «para os representantes do banditismo em Lisboa podem reivindicar com total impunidade o rapto e assassinato de portugueses em Moçambique», é porque «há forças políticas, económicas e financeiras em Portugal que estão por detrás desses representantes e os protegem». Ou seja: «Essa protecção levanta a mais grave das deduções, nomeadamente a de que o Governo português se arrisca à acusação de que é permeável a essas forças e ao

argumento de que esses portugueses raptados e assassinados são o sacrifício necessário até que tais forças recuperem para Portugal os domínios de um neo-imperio».

Os factos mais recentes sublinham a oportunidade dessas denúncias. Não muito depois da transmissão de um programa de propaganda do bando terrorista Unita, a RTP entrevistou o «secretário-geral» de um outro bando terrorista, a «Renamo». Não só se proporcionam as facilidades para a livre actuação de grupos terroristas no nosso país, como se lhes dá voz mesmo nesse meio privilegiado de comunicação de massas que é a televisão oficial. A realidade está à vista. Uma política de inadmissível ingerência na vida interna de outros países — e que simultaneamente atinge os interesses de Portugal.

Solidariedade

Jornal do PCB assaltado

O jornal «Voz da Unidade», órgão central do Partido Comunista Brasileiro, foi assaltado pela polícia no passado dia 15, por ordem do ministro da Justiça, sob a alegação de que a lei vigente proíbe toda e qualquer tentativa de reconstituição do Partido Comunista legal.

A fúria legalista do ministro Ibrahim Ackel, que levou à destruição e apreensão de grande quantidade de material impresso na sede do «Voz», insere-se na campanha para impedir a legalização do PCB e na ofensiva mais geral contra os partidos democráticos que apoiam a candidatura de Trancredo Neves à Presidência da República. Os camaradas brasileiros têm vindo a desenvolver intensa actividade pela legalização do Partido, quer participando abertamente em manifestações e outros actos públicos quer através da feitura e distribuição da sua imprensa, que desagrada cada vez mais ao regime presidido por Figueiredo, esse «democrata» que Mário Soares ainda recentemente elogiou. Uma democracia vigiada e só para al-guns...

Intelectuais turcos em julgamento

Prosseguem na Turquia os julgamentos de vinte e dois intelectuais, membros do Comité de Paz, acusados de fundar uma «organização clandestina visando à dominação da classe operária». Em curso está também o processo contra cinquenta e seis outros intelectuais, acusados de terem enviado uma carta aberta ao general Evren exigindo o respeito pela Constituição turca e a restauração das liberdades democráticas. Satisfeitos com o regime, para além dos que se servem dele a nível interno, estão os Estados Unidos, que ainda recentemente aprovaram o envio de nova ajuda militar, da ordem dos 715 milhões de dólares. Uma ajuda «satisfatória», no dizer do ministro dos Negócios Estrangeiros turco, tendo em conta que os EUA estão em vésperas de eleições...